

**7º SEMINÁRIO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
(ABRI)**

**IAN FILIPE COSTA ARAÚJO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (PPGRI-UFBA)**

PARCERIA BRASIL-CHINA: oportunidades e limites à inserção internacional brasileira

Artigo apresentado para o 7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), realizado em Porto Alegre -RS, nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2024.

Área temática: Economia Política Internacional

RESUMO EXPANDIDO

Busca-se refletir acerca das relações desenvolvidas entre a China e o Brasil à luz das contribuições da teoria marxista da dependência e dos estudos de Cooperação Sul-Sul. No atual contexto de disputa hegemônica global com os Estados Unidos, discute-se quais seriam as oportunidades oriundas do aprofundamento da relação do Brasil com o país asiático, evidenciando também os desafios encontrados para alcançar satisfatoriamente os objetivos de desenvolvimento do país. O papel desempenhado pela China atualmente, de maior parceira comercial de grande parte dos países latino-americanos e grande fornecedora de investimentos, justifica a necessidade de compreender como este relacionamento se dá, bem como as contradições presentes. A China se vale do discurso da Cooperação Sul-Sul para estabelecer suas relações com a periferia, o que supõe relações igualitárias e alternativas ao padrão até então desenvolvido pelos países do Norte. Entretanto, o crescimento econômico chinês criou uma enorme disparidade entre os países, e o tipo de relação econômica tende a repetir o padrão histórico de participação da América Latina na divisão internacional do trabalho: fornecedora de matérias-primas em troca de produtos manufaturados. Em virtude disso, analisa-se o papel que o bloco no poder nos países latino-americanos possui para a manutenção do padrão de reprodução do capital agrário-exportador na região.

Palavras-Chave: Brasil; China; Cooperação Sul-Sul; Teoria Marxista da Dependência.

Quais as oportunidades e os limites a serem enfrentados pelo Brasil no desenvolvimento de suas relações com a China no atual contexto de disputa hegemônica sino-americana? Busca-se, a partir de revisão bibliográfica à luz das contribuições da Economia Política, da Teoria Marxista da Dependência e da Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento refletir sobre as implicações do aprofundamento das relações político-econômicas entre os dois países para a inserção internacional brasileira. A China tornou-se hoje um assunto incontornável em qualquer discussão e essa relevância chinesa está associada, sem dúvidas, à sua rápida ascensão econômica no cenário global a partir das primeiras décadas do século XXI.

O Brasil se insere nessa dinâmica com o diferencial de ser um país emergente que aspira à liderança regional e a um papel preponderante no sistema internacional. O tipo de relações desenvolvido entre os dois países evidentemente influencia tais ambições brasileiras, seja pelo fato de a China ter se tornado o principal parceiro comercial brasileiro em 2009 (Puty; Jia e Barros, 2021), com um papel central no padrão de reprodução do capital, seja pelas alianças forjadas entre os dois países, como a Parceria Estratégica Global e a concepção do BRICS.

Num contexto de competição hegemônica entre os EUA e a China é essencial para um país dependente como o Brasil procurar diversificar suas parcerias e se associar a empreendimentos que busquem reformar a ordem internacional de modo a aumentar o espaço de manobra para os países do Sul Global, como é o caso do BRICS. Dessa forma, a parceria com a China aparece como uma grande oportunidade para o Brasil, como grande

mercado consumidor, fonte de Investimentos Externos Diretos (IED) e alternativa de barganha frente às instituições e potências ocidentais já estabelecidas.

O próprio discurso chinês é o de ser um país do Sul Global, que fomenta a Cooperação Sul-Sul, de caráter igualitário e mutuamente benéfico para as partes envolvidas (Myers, 2015). Entretanto, o grau de desenvolvimento alcançado pela China nas últimas décadas criou um abismo entre ela e as economias do Sul Global. Além disso, as relações econômicas estabelecidas entre a China e os países latino-americanos têm repetido o padrão das potências do Norte global: o papel da América Latina segue sendo o de fornecedora de matérias-primas, especialmente produtos agrícolas, petróleo e minérios. Ou seja, ainda que tenha tido um efeito inicial benéfico de equilíbrio das contas externas, esse mesmo processo aprofunda a dependência das economias latino-americanas, em que pese o discurso de desenvolvimento comum dos chineses.

O Brasil tem passado por uma reprimarização econômica, se inserindo no comércio mundial como fornecedor de bens primários em troca de bens industriais, além de ter perdido espaço para a indústria chinesa nos mercados de países vizinhos da América do Sul (Ganaka; Depieri, 2024). Conseqüentemente, a economia brasileira torna-se mais vulnerável às flutuações do mercado de *commodities* e altamente dependente da demanda chinesa (De Conti; Blikstad, 2017). Para um país que busca exercer sua liderança regional esse é um problema central.

Tal processo está de acordo com as tendências da globalização neoliberal identificadas por Marini (1996), na qual ocorre um monopólio tecnológico e um controle sobre a transferência de novas atividades industriais avançadas, dando origem a um regresso à divisão internacional do trabalho do século XIX, embora com métodos de gestão completamente capitalistas. Os países da periferia retornam à condição de fornecedores de bens primários em troca de bens manufaturados.

A bem da verdade, não é a China que impõe ao Brasil seguir esse percurso (Ganaka; Depieri, 2024), o que ocorre é resultado da combinação do cenário externo à organização interna do país. Poulantzas (1978) nos ajuda a compreender essa questão quando trabalha a relação entre burguesia e Estado e nos traz o conceito de bloco no poder. Para o autor, a burguesia tem como objetivo fazer com que o Estado garanta a formação social capitalista e as relações sociais existentes. O Estado funciona, portanto, como representante dos interesses políticos da burguesia, além de seus interesses econômicos indiretos. A luta política encontra-se centrada no Estado. O bloco no poder diz respeito às frações de classe que disputam o controle do Estado afim de moldar as suas ações internas e externas. A ação do Estado é determinada, portanto, por contextos históricos e por qual fração de classe se configura como o bloco no poder.

Filgueiras (2018) aplica essa formulação ao caso brasileiro com a elaboração do conceito de “padrão de desenvolvimento capitalista” (PDC). Caracteriza-se o atual PDC como “liberal-periférico”, vigente desde os anos 1990, no qual há predominância do capital financeiro nacional e estrangeiro, agronegócio e grandes grupos econômicos nacionais produtores e exportadores de *commodities* na conformação do bloco no poder. Mesmo durante os governos Lula e Dilma tal padrão foi mantido, sendo apenas flexibilizado por um Regime de Política Macroeconômica (RPM) distinto dos governos anteriores, o que expõe um consenso entre governos liberais e “neodesenvolvimentistas” na manutenção da inserção agrário-exportadora (Filgueiras, 2018; Silva, 2020).

Com base nisso, podemos tecer algumas considerações parciais: 1. A conformação atual do bloco no poder é um limite ao desenvolvimento de uma relação comercial não-dependente com a China; 2. Tal configuração prejudica os planos do governo Lula III de uma inserção autônoma do país no sistema internacional e o exercício da sua liderança regional; 3. Na impossibilidade de reverter a pauta primário-exportadora deve-se buscar acomodar a produção agrária/mineral à possibilidade de cooperação para desenvolvimento tecnológico; 4. Deve-se explorar o contexto de rivalidade sino-americana para lograr acordos benéficos de cooperação voltados a esse fim.

1 INTRODUÇÃO

As primeiras décadas do século XXI foram marcadas pela ascensão de diversos países que conformam o que ficou conhecido como “Sul Global”, bem como a revitalização do discurso em torno da Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento (CSS), fato evidenciado pela crescente tendência de pesquisas sobre este campo no âmbito dos estudos das relações internacionais (RI) e economia.

Conforme nos expõe Pino (2014), este processo é reflexo de fenômenos interconectados pela mudança do eixo de crescimento econômico mundial: à medida em que os países emergentes ascendem economicamente, concentram maior poder e podem reclamar maior espaço na organização da política internacional, num cenário no qual as potências tradicionais ocidentais enfrentam uma diminuição de seu poder relativo e possuem sua hegemonia global ameaçada. A conformação do BRICS, grupo de país formado por Brasil, Rússia, Índia e China, bem como as instituições propostas por eles, tal como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB¹) e o Arranjo Contingencial de Reservas (CRA²), além da própria ascensão da China à posição de segunda maior potência econômica mundial são reflexos deste momento de “ascensão do resto” (Amsden, 2009).

Pino (2014) estabelece como marco do renascimento da CSS no século XXI a Declaração de Havana de 2000, resultado da I Cúpula do Sul. No documento foi dito que “os países do Sul não puderam participar dos benefícios da mundialização em pé de igualdade com os países desenvolvidos” e que a CSS era um “instrumento eficaz (...) para promover o desenvolvimento mediante a mobilização e distribuição dos recursos e conhecimentos especializados com que contam nossos países” (PINO, 2014, p. 72).

Tais elementos encontrados na Declaração de Havana fazem eco às ideias iniciais da CSS, surgida como uma alternativa à dinâmica de ajuda externa proposta pelos países do Norte Global. A Cooperação Norte-Sul (CNS) pauta-se especialmente pela ideia de filantropia, como um compromisso moral dos países desenvolvidos com os demais países – por isso o uso da nomenclatura “ajuda externa” e a relação desenvolvida entre os países como sendo as de “doadores” e “receptores”. Para além disso, existia a questão das condicionalidades atreladas ao auxílio, normalmente a adequação a políticas econômicas liberais e pró-mercado (Chaturvedi, 2012).

Por outro lado, como princípios centrais da CSS encontram-se a autoconfiança, a autoajuda, o respeito mútuo, a igualdade e a situação ganha-ganha, o que baseia a busca desses países por um acesso igualitário ao comércio, investimento, tecnologias e a construção de um arranjo institucional multilateral no sistema internacional. As contribuições da teoria da dependência e do estruturalismo cepalino foram fundamentais para estimular o

¹ Sigla em inglês para *New Development Bank*.

² Sigla em inglês para *Contingent Reserve Arrangement*.

desenvolvimento da CSS, bem como a Conferência de Bandung e seus dez princípios (Chaturvedi, 2012; Pino, 2014).

A China tem se valido desse discurso da CSS desde o estabelecimento da República Popular, baseados nos oito princípios da assistência chinesa formulados por Zhou Enlai: *i) enfatizar a igualdade e o benefício mútuo; ii) respeitar a soberania e nunca impor condicionalidades; iii) oferecer empréstimos sem juros ou com juros baixos; iv) ajudar os países recipiendários a desenvolver sua independência e autossuficiência; v) construir projetos que requerem baixo investimento e que podem ser realizados rapidamente; vi) oferecer equipamento e material de qualidade a preços de mercado; vii) assegurar assistência técnica efetiva; viii) pagar especialistas conforme os padrões locais* (Souza, 2014; Hong, 2012).

Inicialmente buscava-se romper o isolamento político e econômico do país após a revolução, alinhando seus próprios interesses com os dos demais países que buscavam uma ordem internacional mais estável e satisfatória. Com o processo de Reforma e Abertura, os oito princípios foram mantidos, mas simplificados a quatro eixos: *i) igualdade e benefícios mútuos; ii) busca de resultados práticos; iii) formas diversificadas; iv) busca por desenvolvimento comum* (Hong, 2012). Os objetivos também se modificaram: buscava-se atender os propósitos de desenvolvimento enquanto potência em ascensão, com a diversificação de parceiros, acesso a matérias-primas e expansão de mercados para produtos e serviços de suas empresas. A base dos princípios se mantém, mas há a introdução de mecanismos de mercado e a lógica passa a ser a de uma diplomacia guiada pela economia, ao invés do contrário (Hong, 2012; Myers, 2015; Souza, 2014).

Entretanto, o grau de desenvolvimento alcançado pela China nas últimas décadas a distanciou em muitos graus das demais economias do Sul Global, em que pese a manutenção de seu discurso de considerar-se um país do Sul, em desenvolvimento e que busca a cooperação mútua. Ademais, as relações econômicas estabelecidas entre o gigante asiático e os países latino-americanos, incluído o Brasil, têm demonstrado uma repetição daquele o padrão encontrado nas relações Norte-Sul: a América Latina como fornecedora de matérias-primas, especialmente produtos agrícolas, petróleo e minérios.

Tal processo está de acordo com as tendências da globalização neoliberal identificadas por Marini (1996), na qual ocorre um monopólio tecnológico e um controle sobre a transferência de novas atividades industriais avançadas, dando origem a um regresso à divisão internacional do trabalho do século XIX, embora com métodos de gestão completamente capitalistas. Os países da periferia, dessa forma, retornam à condição de fornecedores de bens primários em troca de bens manufaturados.

Ultimamente tem sido bastante discutido o processo de desindustrialização pelo qual o Brasil tem passado, especialmente pela reprimarização de sua pauta exportadora. É nesse

aspecto que a relação com a China se destaca, visto que o país se tornou o principal parceiro comercial brasileiro, demandando um volume grande de *commodities* como petróleo bruto, minérios e soja. Além disso, a indústria chinesa substituiu a brasileira em muitos mercados de países vizinhos da América do Sul (Ganaka; Depieri, 2024). Conseqüentemente, a economia brasileira torna-se mais vulnerável às flutuações do mercado de *commodities* e altamente dependente da demanda chinesa (De Conti; Blikstad, 2017).

Compreendemos que tal cenário é resultado da combinação de fatores internos, próprios da formação econômico-social brasileira, notadamente o seu padrão de desenvolvimento capitalista e o bloco no poder, além de fatores externos, tais quais a globalização neoliberal e o processo de desenvolvimento chinês. Para melhor compreendermos essas questões, nos dedicamos na próxima seção a discutir o advento da globalização neoliberal e a inserção brasileira, os conceitos de bloco no poder e padrão de desenvolvimento capitalista e suas implicações para a configuração das relações sino-brasileiras.

2 GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL, PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E BLOCO NO PODER NO BRASIL

Marini (2015) caracteriza a globalização como uma transição a uma nova etapa histórica do capitalismo, distinta de todas as demais pela magnitude com que se deu esse processo, abarcando todas as regiões do globo, a rapidez com que isso ocorreu, a enorme capacidade de produção e o grau de profundidade e rapidez dessas transformações, com a homogeneização de comportamentos, pensamentos e da própria produção. Apesar do grande entusiasmo com a globalização, Marini (2015) já nos alertava sobre as tendências desse processo, contrárias ao otimismo vigente. Embora a difusão da indústria a nível global, com a criação das cadeias globais de valor tenha se tornado um processo irreversível, o conhecimento tornou-se essencial na produção, garantindo aos países desenvolvidos dois trunfos: o monopólio tecnológico e o controle de atividades industriais.

Com monopólio da tecnologia os países desenvolvidos garantiam a sua superioridade em pesquisa e desenvolvimento (P&D) frente aos demais países, agravando a sua condição de dependência, enquanto que o controle exercido sobre a transferência das atividades industriais permitiu a esses mesmos países concentrem as indústrias mais intensivas em conhecimento nos seus próprios territórios, transferindo as menos intensivas para a periferia, impedindo que surgissem economias integradas nessa dispersão das etapas da produção (Marini, 2015). Em decorrência desses aspectos é que Marini (2015) caracteriza a globalização como um retrocesso à divisão internacional do trabalho (DIT) do

século XIX, nas quais os países periféricos, notadamente os latino-americanos retornam à situação de exportadores de bens primários em troca de bens manufaturados.

Como resposta a essa questão Marini (2015) propõe que os países latino-americanos modifiquem a sua forma de inserção internacional, citando como exemplo a própria China e outros países asiáticos emergentes à época, que mantiveram o Estado com algum poder no comando da economia conforme avançava a globalização neoliberal. No Brasil, conforme nos expõe Filgueiras (2013), essa agenda foi retardada durante alguns anos pela atuação dos movimentos populares em ascensão nos anos 1980, sendo aplicada de fato a partir do governo de Fernando Collor de Mello e consolidada no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Essa questão pode ser melhor compreendida a partir do conceito de Padrão de Desenvolvimento Capitalista (PDC) e sua relação com o bloco no poder.

O conceito de PDC foi desenvolvido por Filgueiras (2018) em contraposição ao conceito de Padrão de Reprodução do Capital (PRC) desenvolvido pela Teoria Marxista da Dependência (TMD). Segundo Filgueiras (2018), o conceito de RPC, por conta de seu elevado nível de abstração, não permite compreender as diferenças existentes entre os países latino-americanos, ainda que todos sejam compreendidos como países de capitalismo dependente. Tal compreensão seria possibilitada pela conceituação de PDC, que combina dimensões econômicas, sociais e políticas de uma formação econômica e social **específica**, possuindo, portanto, um grau de abstração menor. Sintetiza Filgueiras (2018, p. 525) que um PDC é definido por um

conjunto de atributos – econômico-sociais e políticos – que estrutura, organiza e delimita a dinâmica do processo de acumulação de capital, e as relações econômico-sociais a ele subjacentes, existentes em determinado Estado (espaço) nacional durante certo período histórico.

Tal conceito se relaciona com a categoria de bloco no poder, sendo o atributo fundamental de sua constituição. Conforme nos explica Poulantzas (1978), a burguesia tem como objetivo fazer com que o Estado garanta a formação social capitalista e as relações sociais existentes. O Estado funciona, portanto, como representante dos interesses políticos da burguesia, além de seus interesses econômicos indiretos. A luta política encontra-se centrada no Estado e o bloco no poder diz respeito às frações de classe que disputam o controle do Estado a fim de moldar as suas ações internas e externas. A ação do Estado é determinada, portanto, por contextos históricos e por qual fração de classe se configura como o bloco no poder. É o bloco no poder quem define e coloca em prática as políticas econômico-sociais a serem implementadas pelo Estado, e por isso a sua centralidade na definição do PDC de um país. Os demais atributos constitutivos do PDC são elencados por Filgueiras (2018) como sendo *i) a natureza e o tipo de regulação da relação entre capital e*

trabalho; ii) o caráter e a dinâmica das relações intercapitalistas; iii) o modo de inserção internacional do país; iv) o lugar e o modo como o Estado se articula com o processo de acumulação; v) o processo de criação e incorporação do progresso técnico; vi) o modo de financiamento da acumulação; vii) a estrutura de propriedade e a distribuição de renda e da riqueza; viii) as formas de organização e representação política das distintas classes e frações de classes.

Filgueiras (2018) caracteriza o PDC vigente no Brasil a partir dos anos 1990 como Padrão Liberal Periférico (PLP), representado pela introdução das tendências globais presentes na globalização neoliberal (privatizações, desregulação e liberalização econômica), iniciado por Collor, consolidado por FHC e continuado pelos governos Lula e Dilma. Conforme explica o autor:

Isso significa dizer que, do ponto de vista do PLP, o caráter dos governos Collor, FHC e Temer, de um lado, e dos Governos Lula e Dilma de outro, se assemelham – seja promovendo-o ativamente (comportamento dos primeiros), seja aceitando-o como irreversível, o limite do possível, e a ele se adaptando (no caso dos segundos). (Filgueiras, 2018, p. 528).

Durante todos esses anos a configuração interna do bloco no poder no Brasil variou, com diferentes frações de classe se fortalecendo e perdendo vigor. Até o fim do governo FHC o capital financeiro manteve uma hegemonia plena, ocorrendo uma mudança somente a partir do governo Lula, quando as frações do capital das grandes empreiteiras, redes de comércio varejista e o agronegócio produtor e exportador de *commodities* cresceram sua influência na esteira dos investimentos estatais, políticas de incentivo ao consumo e o *boom* econômico puxado pela demanda chinesa. Apesar de tais acomodações, a permanência do PLP expõe um consenso das políticas econômicas e forma de atuação do Estado brasileiro durante todo esse período: i) inserção do país no sistema internacional através da abertura comercial e financeira; ii) dominância do capital financeiro; iii) continuidade do processo de privatização por meio da infraestrutura e empresas públicas remanescentes; iv) desregulamentação das legislação trabalhista; v) reformas neoliberais de redução dos direitos sociais, o chamado “custo Brasil” (Filgueiras, 2018).

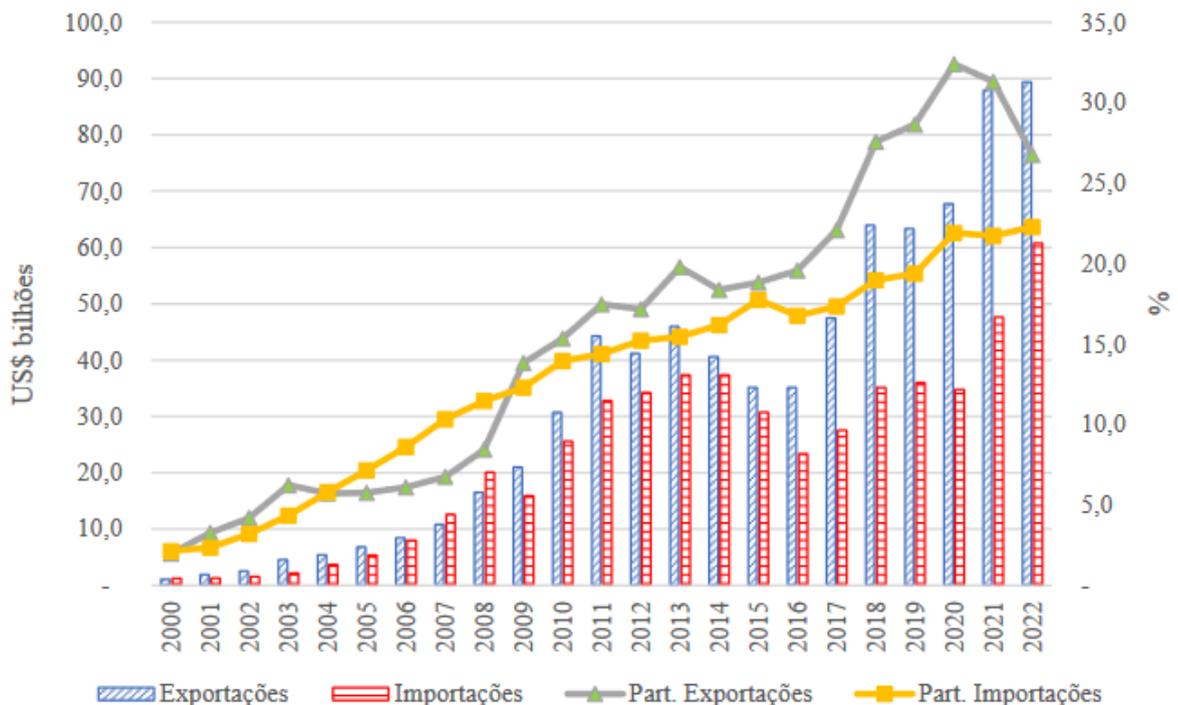
Tais características podem ser visualizadas na análise feita por (Botão, 2023) acerca da reconfiguração do bloco no poder no Brasil no seu apoio ao 3º governo Lula. Como explicita o autor, as políticas levadas a cabo pelo governo Bolsonaro fizeram com que uma fração da burguesia nacional viesse a apoiar um 3º mandato do ex-presidente, no que seria um rompimento com as políticas iniciadas com Temer. Entretanto, tal apoio é limitado e – afora os interesses mais particulares de alguns grupos – converge para os pontos de liberalização econômica e ênfase na internacionalização brasileira via exportações, simbolizado pela conclusão do acordo Mercosul-União Europeia sem renegociações; a entrada na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e uma

rejeição à integração social e política com a América Latina, com a defesa de uma integração estritamente comercial para no âmbito do Mercosul (Botão, 2023). Vejamos, na próxima seção, como tais aspectos se relacionam com o padrão de relações desenvolvido pelo Brasil e a China nos últimos anos.

3 RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

O histórico de relações entre o Brasil e a China remontam à época do Império, com um afastamento no período da 1ª República e tentativa de retorno após a fundação da República Popular, com a visita de João Goulart ao país, em 1961, no esteio da Política Externa Independente (PEI). Com o golpe militar ocorreu um novo afastamento, retomado apenas em 1974 com o restabelecimento de relações diplomáticas no governo Geisel. Ainda durante o regime militar foi firmado o primeiro acordo comercial entre os dois países, o que gerou um aumento modesto do fluxo de comércio, mas nada comparável ao que se viu nos anos 2000, quando as exportações brasileiras para a China cresceram num ritmo acelerado, num ciclo de valorização de *commodities* puxado pela alta demanda chinesa por matérias-primas (Hiratuka, 2024; Pinto; Gonçalves, 2019). Tal avanço no fluxo comercial entre os dois países pode ser visto no Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 – Fluxos comerciais entre Brasil e China em US\$ bilhões e participação (5) no total do Brasil (2000 a 2022).



Fonte: Hiratuka (2024)

Na esteira do fortalecimento das relações entre ambos os países nos anos 2000 tem-se a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação

(COSBAN) e o aprofundamento da cooperação tecnológica iniciada no governo Sarney para a criação do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS³). Já em 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro, substituindo os EUA e a Argentina, com o saldo da balança comercial altamente favorável para o Brasil em virtude da alta de preços de *commodities*. Isso permitiu ao país aumentar suas reservas em dólar e reduzir a sua vulnerabilidade externa, o que permitiu amenizar os efeitos da crise financeira de 2008 no país. Por outro lado, o país entrou na chamada armadilha da dependência de *commodities*, no qual o país passou a depender fortemente dessas matérias-primas para manter o equilíbrio externo, sem a capacidade de diversificar sua estrutura produtiva e incorporar mais conhecimento e tecnologia aos produtos exportados (Hiratuka, 2024; Pinto; Gonçalves, 2019).

Tal cenário agravou o processo de desindustrialização pelo qual o Brasil já vinha passando desde a abertura comercial iniciada nos anos 1990, prejudicando as próprias exportações do Brasil para os países vizinhos. Conforme expõe Hiratuka (2024), entre 2000 e 2007 nos países da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), o Brasil perdeu cerca de 43% de suas exportações para a China, com a cifra aumentando para 62% entre 2007 e 2013, o que equivaleria a perdas de cerca de US\$7,1 bilhões entre os dois períodos, sendo os setores mais afetados os de produtos de metal, máquinas, equipamentos e material de transporte. No âmbito do Mercosul 54% das exportações brasileiras estiveram sob ameaça chinesa, com a redução da presença de mercado do Brasil em detrimento de um aumento da fatia de mercado ocupada pela China, o que demonstra um declínio relativo da política externa brasileira na região (Pini, 2015). Como argumenta Hiratuka (2024, p. 15):

[...] a emergência chinesa explicitou o insuficiente avanço na constituição de um aparato normativo e institucional dentro do Mercosul. Oportunidades importantes de comércio regional foram desperdiçadas, ou seja, a ampliação das importações dos países de fora do Bloco, com destaque crescente para a China se deu em detrimento do *market share* das exportações dos parceiros regionais.

A segunda onda da crise financeira, com o agravamento da situação econômica na Europa iniciou a etapa de competição global entre as principais potências, com mudanças de políticas econômicas. Isso afetou o preço das *commodities*, que despencaram, juntamente com a mudança iniciada na China a partir da liderança de Xi Jinping, focado nos investimentos massivos em P&D, privilegiando em setores mais intensivos em tecnologia frente aos mais intensivos em recursos, visando a transição energética. Vê-se no Gráfico 1 como as exportações sofreram uma queda a partir de 2013, agravando a crise econômica brasileira do governo Dilma Rousseff, o que contribuiu para a consequente crise política e queda do governo. Com a chegada de Michel Temer a ofensiva para aplicação de políticas

³ Sigla em inglês para *China-Brazil Earth Resources Satellite*

neoliberais é retomada, com a adoção de políticas como o teto de gastos e a venda de empresas públicas. É neste período que se inicia um novo padrão nas relações sino-brasileiras: o aumento dos investimentos estrangeiros diretos (IED) e o aumento da atuação de empresas chinesas no país (Pinto e Gonçalves, 2019; Hiratuka, 2024; Silva, 2020).

Hiratuka (2024) considera o aumento dos investimentos chineses no país um símbolo do amadurecimento das relações bilaterais, entretanto não se pode negar a influência que as políticas liberalizantes empregadas por Temer e Bolsonaro tiveram para que isso ocorresse. A relação fica mais clara quando se vê a natureza do IED chinês no país, caracterizado especialmente por fusões e aquisições ao invés de investimentos *greenfield*. Não coincidentemente os setores de energia elétrica, petróleo e gás – que sofreram um desmonte durante os governos Temer e Bolsonaro, com a privatização da Eletrobras e venda de subsidiárias da Petrobras – são os setores que mais receberam investimentos entre 2007 e 2022, tendo as gigantes chinesas *State Grid* e *Three Gorges* como principais *players* na geração e transmissão de energia elétrica. Na Tabela 1 é possível ver a concentração do IED chinês no país por setores.

Já no setor do agronegócio existem investimentos chineses buscando a construção de infraestrutura para escoar a produção, como os projetos da Ferrovia Bioceânica e a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste. Entretanto, tais projetos além de visar interesses particulares chineses de manutenção do fluxo de *commodities* agrícolas para o país, possuem inúmeros problemas ambientais e sociais, pois encontram-se em regiões de expansão da fronteira agrícola entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – conhecida como MATOPIBA – contribuindo para a degradação ambiental dessas regiões.

Tabela 1 – Estoque de investimento estrangeiro direto (participação no capital) com a China como país controlador final. Em US\$ milhões e porcentagem do total.

Setor	2005		2010		2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Agricultura	-	-	6,2	0,1	391,3	1,3
Mineração e Petróleo	16,7	5,1	7.146,60	90,8	12.602,5	42,2
Ind. Manufatureira	281,9	86,3	209,5	2,7	1.617,8	5,4
Infraestrutura	3,2	1	49,9	0,6	12.612,2	42,2
Eletricidade e AÁgua	-	-	-	-	12.359,5	41,4
Construção	2,7	0,8	1,4	0	212,8	0,7
Transporte e Armazenagem	0	0	1,5	0	9,6	0,0
Informações e Telecomunicações	0,5	0,2	47	0,6	30,3	0,1
Comércio	22,5	6,9	75,3	1	1.345,2	4,5
Serviços Financeiros	-	-	372,2	4,7	850,0	2,8
Serviços Imobiliários	1	0,3	0,3	0	322,1	1,1
Outros Serviços	2	0,6	14,1	0,2	121,3	0,4
Total	326,6	100,0	7.874,0	100,0	29.862,5	100,0
Participação no Total do Brasil	0,2%		1,3%		4,5%	

Fonte: Hiratuka (2024)

Mais recentemente investimentos na indústria de carros elétricos começaram a ocorrer no Brasil, notadamente com o caso da chinesa BYD assumindo a antiga fábrica da Ford em Camaçari, na Bahia (Hiratuka, 2024). Em entrevista após a visita à China, o presidente Lula afirmou que o Brasil estava iniciando uma nova fase de relações com a China, superando a concentração em *commodities* e incluindo a pauta da transição energética, intercâmbio cultural e científico (Brasil, 2023). Entretanto, é difícil compreender a capacidade dessa nova agenda se materializar de fato. Como visto, o bloco no poder no Brasil mantém o consenso sobre a continuidade da agenda liberalizante. Ainda que determinados setores advoguem pelos investimentos estatais, a fração do capital financeiro possui centralidade e é ferrenha defensora da redução do Estado na condução econômica. Dado essa configuração, como argumenta Filgueiras (2018, p. 532-533):

[...] não há qualquer possibilidade de construção política de um projeto nacional de caráter capitalista vir a ser concebido e dirigido por qualquer fração da burguesia brasileira, em virtude de sua absoluta incapacidade de expressar e incorporar, econômica e politicamente, interesses diferenciados do conjunto da sociedade brasileira e conviver com uma melhor distribuição de renda: a superexploração do trabalho está entranhada em seu *ethos* de classe e na subjetividade de seus integrantes.

Os interesses brasileiros têm sido os de busca de investimentos e de mercados para os produtos, notadamente investimentos em infraestrutura e compra de *commodities*, enquanto que os interesses chineses têm sido os de importar produtos primários para seu processo de desenvolvimento e atender à demanda populacional, além de consolidar sua presença na América Latina num cenário de competição com os EUA (Pinto e Gonçalves, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viu-se, portanto, que a China tem baseado seu discurso de cooperação em benefícios mútuos e igualdade perante o Sul Global, ainda que seu desenvolvimento econômico a coloque em um patamar muito mais elevado que o restante dos países. Com o Brasil o mesmo ocorre, com o relacionamento sino-brasileiro sendo baseado na posição do Brasil como fornecedor de *commodities* e a China como vendedora de produtos industrializados. Tal aspecto tem contribuído para a desindustrialização brasileira, um processo em desenvolvimento desde os anos 1990, com a adoção de políticas econômicas neoliberais.

Este fenômeno alinha-se também com a configuração interna do Brasil, com o seu padrão de desenvolvimento capitalista e seu bloco no poder, caracterizados pela prevalência do capital financeiro e grande força do agronegócio, cujo objetivo de políticas econômico-sociais é o de manter e aprofundar a liberalização que caracteriza o padrão liberal-periférico do capitalismo brasileiro.

Com a impossibilidade de alteração dessa situação no curto prazo, um passo importante para modificação qualitativa da relação sino-brasileira foi dado: o presidente Lula busca superar a concentração do comércio de *commodities*. Uma possibilidade é buscar conciliar o setor do agronegócio com a introdução de tecnologias e conhecimento, possibilitando a cooperação entre empresas chinesas e brasileiras nesse setor. Pode-se explorar também a demanda dos setores de máquinas e equipamentos, conforme expõe Botão (2023) e buscar a criação de cadeias produtivas para a transição energética, na busca por energias renováveis.

Hiratuka (2024) também sugere a busca por investimentos em mobilidade urbana, como já tem sido feito por muitas cidades e estados, em associação com a China. Outra alternativa que não deve ser excluída é a aproveitar a situação de competição existente entre os EUA e a China para barganhar investimentos de projetos de ambos os países, como a Nova Rota da Seda e o BUILD⁴ Act.

Independentemente do que seja feito, o passo primordial é compreender que o Brasil é quem deve desenvolver uma política própria para lidar com a China buscando seus próprios interesses. Como dito por Myers (2015, p. 221, tradução nossa, grifo nosso), “[...] a medida em que o envolvimento da China está promovendo os interesses de desenvolvimento da América Latina e do Caribe depende, em grande parte, **das ações dos governos e das partes interessadas da América Latina**”.

⁴ Sigla em inglês para *Better Utilization of Investments Leading to Development*. É uma das iniciativas do governo dos EUA para fazer frente aos investimentos da Nova Rota da Seda.

REFERÊNCIAS

AMSDEN, Alice Hoffenberg. **A ascensão do "resto": os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia**. Unesp, 2009.

BRASIL. Palácio do Planalto. Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na despedida da China após agenda bilateral. [Brasília]: Palácio do Planalto, 15 abr. 2023. Disponível em:

<<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-despedida-da-china-apos-agenda-bilateral>>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BOTÃO, G. Reconfiguração do bloco no poder brasileiro e política externa: o que a burguesia interna quer de Lula? **Conjuntura Austral**, v. 14, n. 68, p. 88–99, 30 nov. 2023.

CHATURVEDI, Sachin. Development cooperation: contours, evolution and scope. In: ____; FUES, Thomas; SIDIROPOULOS, Elizabeth (ed.). **Development cooperation and emerging powers: new partners or old patterns?**. London/New York: Zed Books, 2012.

DE CONTI, Bruno; BLIKSTAD, Nicholas. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser. **Texto para discussão**, n. 292, p. 1-33, 2017.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2013.

FILGUEIRAS, L. Padrão de Reprodução do Capital e capitalismo dependente no Brasil atual. **Caderno CRH**, v. 31, n. 84, p. 519–534, set. 2018.

GANAKA, Cristiane; DEPIERI, Marcelo. **Potencialidades e limites das relações Brasil e China**. 24 jan. 2024. The Tricontinental. Disponível em:

<<https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/potencialidades-e-limites-das-relacoes-brasil-e-china/>>. Acesso em: 04 abr. 2024. MARINI, R. M. Processo e tendências da globalização capitalista. In: SADER, E. (ORG.). **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 269-295.

HIRATUKA, C. Relações econômicas entre Brasil e China nas duas primeiras décadas do século XXI: uma perspectiva a partir dos desafios contemporâneos para a reindustrialização brasileira. **Economia e Sociedade**, v. 33, p. e282874, 23 ago. 2024.

HONG, Zhou. China's evolving aid landscape: crossing the river by feeling the stones. In: CHATURVEDI, Sachin; FUES, Thomas; SIDIROPOULOS, Elizabeth (ed.). **Development cooperation and emerging powers: new partners or old patterns?**. London/New York: Zed Books, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. Proceso y Tendencias de la Globalización Capitalista. In: MARINI, Ruy Mauro et al. **América Latina, dependencia y globalización**. Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 247-271.

MYERS, Margaret. Shaping Chinese Engagement in Latin America. In: DOMÍNGUEZ, Jorge I.; COVARRUBIAS, Ana (ed.). **Routledge Handbook of Latin America in the World**. New York: Routledge, 2015. Cap. 14. p. 211-222.

PINI, A. M. A CRESCENTE PRESENÇA CHINESA NA AMÉRICA LATINA: DESAFIOS AO BRASIL. n. 21, 2015.

PINTO, I.; GONÇALVES, F. Relações Bilaterais Brasil-China: uma análise dos desafios e das potencialidades da parceria estratégica. **Boletim Historiar**, v. 6, n. 3, 24 nov. 2019.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PUTY, Claudio; JIA, Liu; BARROS, Pedro Silva. Apresentação. **Revista Tempo do Mundo**, [S.L.], n. 24, p. 5-12, 10 mar. 2021. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. <http://dx.doi.org/10.38116/rtm24apresent>.

SILVA, L.F. Imperialismo e dependência estrutural latino-americana: alguns aspectos conceituais, históricos e contemporâneos. **Revista Caracol**, São Paulo, n.20, p. 101-133, 20 jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5837/583769865005/html/>>. Acesso em: 27 fev. 2024